

PF vê participação de ministro do Turismo em esquema de laranjas

Investigação sob sigilo suspeita de falsidade ideológica de Marcelo Álvaro Antônio, que diz haver ilações sem base e confiar na Polícia Federal

(Folha de S.Paulo, 05/04/2019 - acesse no site de origem)

Após 30 dias de investigação, a Polícia Federal vê elementos de participação de Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo, no [esquema de candidaturas de laranjas do PSL](#) em Minas Gerais na eleição de 2018.

Investigadores apuram inicialmente a suspeita do crime de falsidade ideológica. Outro crime em apuração é o de lavagem de dinheiro.

Depoimentos prestados (entre eles o de um nome inédito até aqui), áudios obtidos pela PF e documentos colhidos levam a investigação do caso ao ministro do Turismo do governo Jair Bolsonaro. O próximo passo é aprofundar as investigações para identificar qual foi a participação do ministro em eventuais crimes.

A Folha revelou em fevereiro que Álvaro Antônio, que era presidente do PSL em Minas Gerais na última eleição, [patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas](#) com uso de verba pública eleitoral. Ele nega irregularidades.

O jornal mostrou também outros casos em Pernambuco. O escândalo levou à queda do ministro Gustavo Bebianno da Secretaria-Geral da Presidência —ele era presidente nacional do PSL no ano passado.

O presidente Jair Bolsonaro tem dito que a situação do ministro do Turismo causa desgaste para o governo e que espera a conclusão da apuração da PF para decidir o destino de Álvaro Antônio.

Além de depoimentos de candidatas usadas como laranjas, a PF colheu e recebeu documentos que estão sendo considerados importantes para o inquérito —que não tem previsão para ser concluído.

[Zuleide Oliveira](#), 42, de Santa Rita de Caldas (MG), que envolveu o ministro diretamente no caso em entrevista à Folha em março, entregou recibos de pedágio como forma de provar que se deslocou para Belo Horizonte no dia em que disse ter tido uma reunião com Álvaro Antônio, em setembro do ano passado.

Ela reafirmou à polícia que o ministro lhe ofereceu dinheiro do fundo partidário para sua campanha, no valor de R\$ 60 mil, com a condição de que ela devolvesse R\$ 45 mil.

O encontro ocorreu, segundo Zuleide, no escritório do político na capital mineira, em um prédio que exige identificação na entrada, até com foto. A PF busca esses registros.

Três testemunhas que estavam na sala, segundo seu depoimento, também serão ouvidas —e são

consideradas peças-chave na apuração.

No celular de Zuleide, que agora está com os investigadores, foram encontrados diversos áudios com dirigentes do PSL de Minas, incluindo assessores de Álvaro Antônio.

Uma outra candidata, Neia Rodrigues, 37, cujo relato ainda não era conhecido, prestou depoimento e disse ter sido usada como laranja também. Ela foi ouvida em Belo Horizonte na semana passada.

Com Neia e Zuleide, já são quatro denúncias feitas sobre o esquema. A Folha também mostrou os relatos de [Cleuzenir Barbosa](#), 47, que disse que o ministro tinha conhecimento do escândalo, e de [Adriana Borges](#), 54, que afirmou ter recebido um pedido de um assessor de Álvaro Antônio para devolver R\$ 90 mil de dinheiro público ao partido.

Depoimentos de uma quinta e uma sexta denunciante são esperados pela polícia nos próximos dias.

O Ministério Público de Minas também investiga o caso.

Reportagem da Folha de 4 de fevereiro mostrou que o ministro patrocinou um esquema de candidaturas de laranjas em Minas que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara.

De R\$ 279 mil repassados pelo PSL a quatro candidatas, ao menos R\$ 85 mil foram parar oficialmente na conta de quatro empresas de assessores, parentes ou sócios de assessores de Álvaro Antônio.

As quatro candidatas foram ouvidas, mas negaram irregularidades ou que tenham atuado como laranjas. A investigação está sob sigilo.

O ministro tem negado participação no esquema e tem dito que seguiu a lei na eleição.

Na semana passada, a reportagem acompanhou sua visita à Câmara para uma reunião na comissão do Turismo.

Ele conversou de forma privada com alguns parlamentares e atacou a imprensa. [“Tirando a Folha de S.Paulo e a Globo, está tudo bem”](#), respondeu a um deputado que o cumprimentou, após a pergunta “opa, ministro, tudo certo?”.

A um dos colegas com quem conversou, disse que a PF não encontrou nada sobre ele na investigação e que o problema são as reportagens da Folha.

Além do caso de Minas, a Folha também revelou situação similar em Pernambuco.

O grupo do atual presidente do PSL, Luciano Bivar (PE), segundo vice-presidente da Câmara dos Deputados, criou uma candidata laranja em seu estado que [recebeu do partido R\\$ 400 mil de dinheiro público](#) na eleição de 2018.

Maria de Lourdes Paixão, 68, que oficialmente concorreu a deputada federal e teve apenas 274 votos, foi a terceira maior beneficiada com verba do PSL no país, mais do que Jair Bolsonaro e a deputada Joice Hasselmann (SP), essa com 1,079 milhão de votos.

A série de reportagens levou o governo à primeira grande crise, [culminando na queda de Bebianno](#) em 18 de fevereiro.

Representante do Ministério Público no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o vice-procurador-geral eleitoral, Humberto Jacques de Medeiros, defende que, em casos de uso de candidatas laranjas para burlar a cota de 30% de candidaturas femininas, todos os integrantes da coligação sejam punidos com inelegibilidade e/ou perda do mandato.

“Se há algo de errado, cai o conjunto inteiro, todo mundo que participou da fraude e se beneficiou dela”, disse Medeiros à Folha no mês passado.

O TSE começou a julgar em meados de fevereiro um processo sobre laranjas na eleição municipal de 2016. O ministro Edson Fachin pediu vista e a análise deve ser retomada nas próximas semanas.

Em nota enviada por sua assessoria, o ministro disse que “mais uma vez, a Folha de S.Paulo age de forma política e partidária para fazer ilações sem qualquer base. O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, aguarda o fim das investigações com tranquilidade e confiança na seriedade e profissionalismo da Polícia Federal”.

Camila Mattoso

[Candidaturas ‘laranjas’ de mulheres ligam o alerta da Justiça Eleitoral](#)

Em Valença do Piauí (PI), parentes foram incluídas nas coligações para cumprir cota

[\(O Globo, 09/07/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Leonardo Nogueira (PROS) foi o segundo vereador mais votado da pequena Valença do Piauí (PI) nas eleições de 2016. Já sua mãe, Ivaltania Nogueira, que também disputou uma vaga na Câmara do município, recebeu apenas um voto. A diferença de votos entre os dois chamou atenção dos adversários, que encontraram outras quatro candidatas a vereador que tinham recebido um ou nenhum voto. As mulheres não seriam candidatas para valer, mas sim “laranjas” registradas apenas para que as coligações “Compromisso com Valença I” — formada por PTC, PPS, PRB, PROS e PSC — e “Compromisso com Valença II” — PMN, PSB, PDT, PSL, PR e PSDB —, cumprissem a exigência da Justiça Eleitoral, que exige 30% de mulheres nas chapas.

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) reconheceu a fraude e cassou o mandato, mas uma decisão definitiva ainda cabe ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O processo deve entrar na pauta do tribunal em setembro. Contudo, a utilização de mulheres candidatas como “laranjas” no Piauí não é um caso isolado. Segundo levantamento do próprio TSE, nove em cada dez candidatos que não receberam nenhum voto nas eleições de 2016 foram mulheres. Entre os sem voto, as mulheres eram 14.417 e apenas 1.714 eram homens.

Os números levaram o Ministério Público Eleitoral a orientar os procuradores a apurar a veracidade das assinaturas e dos documentos apresentados nos processos de registro das candidaturas. Em caso de comprovação de irregularidades, os responsáveis por esses registros podem responder por falsidade ideológica.

Segundo a ex-ministra do TSE Luciana Lóssio, que encomendou o levantamento feito pelo tribunal, muitas mulheres registradas como candidatas nem sabiam que estavam concorrendo.

— Como os partidos perceberam que a Justiça eleitoral estava muito atenta, eles começaram a colocar como candidatas suas esposas, mães, empregadas, mulheres que muitas vezes nem sabiam que eram candidatas — afirmou Lóssio. — A lei impunha que os partidos políticos tivessem um teto de gasto de 15% do fundo partidário para mulheres. Em outras palavras, pedia que houvesse 30% de candidaturas femininas, mas elas recebiam menos dinheiro e menor visibilidade partidária do que os homens.

O advogado Wallyson Soares dos Anjos, que representa a coligação autora da denúncia em Valença do Piauí (PI), citou exemplos de tio e sobrinha e marido e mulher que se candidataram juntos nas eleições de 2016 no município. De acordo com o advogado, enquanto os homens participaram de campanha e receberam votos consideráveis, as candidatas “laranjas” foram inscritas apenas para cumprir a lei que exige 30% de representatividade feminina.

— As candidaturas laranjas serviram apenas para garantir as candidaturas masculinas. Isso influencia todo o quadro proporcional e toda a chapa dos vereadores. Mas esse prefeito e vice só foram eleitos porque existiam essas chapas proporcionais, que fizeram campanha, eles eram ativos — disse dos Anjos, que também pede a cassação dos chefes do Executivo.

The image displays two side-by-side screenshots of the TSE website for the 2016 elections in Valença do Piauí. Each screenshot shows a candidate's profile with their name, number, and party affiliation. Below the profile, the election results are shown, including the candidate's rank, percentage of votes, total votes, and whether they were elected.

Candidate	Rank	Percentage	Total Votes	Status
Leonardo Nogueira 90123	2°	6.38%	827 VOTOS	ELEITO
Ivaltania Nogueira 90668	61°	0.01%	1 VOTOS	NÃO ELEITO

Both candidates are listed as being from the PROS party in the COMPROMISSO COM VALENÇA I coligação.

Mãe de vereador em Valença do Piauí é indicada como laranja em processo que será julgado pelo TSE (Foto: Reprodução)

O advogado Norberto Campelo, que representa as coligações “Compromisso com Valença” I e II, o julgamento exige grande cautela do TSE por causa de suas possíveis consequências não só em âmbito local, mas também na política nacional.

— Se a decisão do TRE-PI prevalecer no TSE, isso pode levar as eleições brasileiras ao caos. Cada candidato teria que agir como um fiscal dos demais para que todos façam campanha. Isso não é algo que se tenha controle e pode afetar os candidatos por erros que não cometeram. Há candidatos que desistem durante a campanha, por exemplo. Essa é nossa preocupação, porque imagina se casos de candidaturas consideradas nulas provocassem a cassação de todos os registros em outros municípios brasileiros — argumentou Campelo.

O advogado disse ainda que a decisão do TRE-PI agravou a situação das coligações que defende porque não buscou apenas aqueles vereadores que se beneficiaram com as candidaturas “laranjas”, mas todos os que foram eleitos por elas, incluindo as mulheres.

— Há esse meio termo que, pelo menos, não traria um grau tão elevado de prejuízo para a democracia no município — disse.

Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão, destacou a importância de haver punição para os partidos que lançam candidaturas femininas fictícias. Ela lembrou da atuação do TRE-SP, que cassou os registros de 22 candidatos a vereador em Santa Rosa do Viterbo, na Região Metropolitana de Ribeirão Preto, por causa da prática.

— Acho muito importante falar sobre isso. A prática de lançar candidaturas fictícias para cumprir a cota de 30% tem sido comum nos partidos. Nas grandes cidades, as procuradorias gerais já vem sendo severas há duas eleições. A de São Paulo, por exemplo, interpelou os partidos em agosto do ano passado e isso foi exemplar — disse.

Louise Queiroga

[Especialistas falam sobre uso de mulheres como ‘laranjas’ por partidos para burlar lei eleitoral](#)

(Sul21, 21/09/2014) Os partidos políticos são obrigados por lei a respeitar a cota eleitoral de gênero, segundo a qual no máximo 70% dos candidatos podem ser do mesmo sexo. No entanto, a reserva legal está longe de garantir maior representatividade política às mulheres, hoje com 30% das vagas. No Rio Grande do Sul, as líderes de alas femininas de alguns dos principais partidos são unânimes ao afirmar que tiveram dificuldades em preencher a cota de gênero para a eleição deste ano. Diante do impasse, alguns partidos recorrem ao uso de “laranjas”: candidatas sem nenhuma pretensão política, inseridas na disputa apenas para que a legenda preencha o requisito.

Miguelina Vecchio, vice-presidente nacional do PDT, é uma das que apontam o uso de “laranjas” pelos partidos. “A maioria dos dirigentes partidários gosta de mulheres que não têm voto porque não colocam em risco as candidaturas masculinas”, afirma. De acordo com ela, o problema começa nos municípios, que não dão espaço para as mulheres nas direções partidárias. Sem visibilidade, as candidaturas femininas estão fadadas ao fracasso desde o início.



Política é o “último baluarte do poder masculino”, diz Céli Pinto (Foto: Ramiro Furquim/Sul21)

A cientista política Céli Pinto concorda. Segundo ela, “os partidos colocam ‘laranjas’ para cumprir a lei e dizem que as mulheres não se interessam pela disputa. Céli define a política como “o último baluarte do poder masculino” e acredita que seja de interesse de muitos políticos manter o cenário como está. “Os partidos dizem que abrem espaço e a mulher não participa, mas não há política de incorporação das mulheres, nenhuma promoção de participação feminina”, opina.

Beth Colombo, presidente da Ação Mulher Progressista no Estado, apesar de ser contrária à cota de gênero, tem opinião semelhante. “Cria-se as leis para exigir a presença da mulher, mas não se cria condições para que as leis se cumpram”, afirma. Presidente do PMDB Mulher, Regina Perondi também relata dificuldades: “tivemos problemas em alguns municípios onde havia mulheres que queriam ser candidatas, mas os partidos já haviam escolhido fulano ou beltrano”.

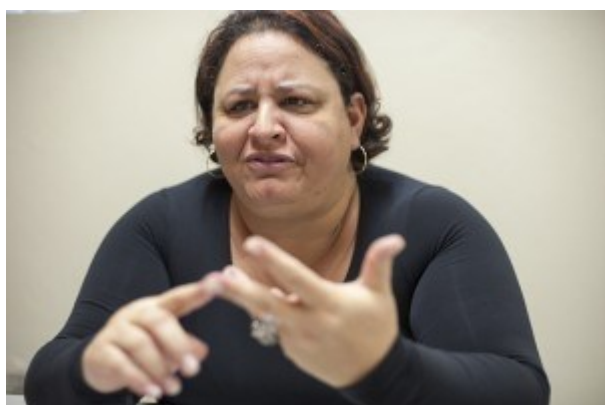
A cientista política e ex-vereadora Clênia Maranhão afirma que uma série de indícios apontam a existência das “candidatas laranja” e critica “os subterfúgios para driblar uma lei de igualdade em um país tão desigual”. Segundo ela, pouco ou nenhum espaço nos programas eleitorais na TV é um dos indicativos de que a candidatura foi registrada apenas para preencher a cota. Outro aspecto são as prestações de contas dos candidatos. Chama a atenção o quão menos vultuosos são os investimentos nas campanhas femininas.

Números

Tomamos como exemplo a disputa pelas vagas na Câmara Federal. Entre os 26 postulantes do PP no Rio Grande do Sul, oito são mulheres. Destas, três declaram receita inferior a R\$ 10 mil e cinco superior. A que arrecadou mais até agora conseguiu R\$ 24.230. Entre os homens, os números são muito diferentes. Dos 18, seis também arrecadaram menos de R\$ 10 mil, mas dez

superaram R\$ 10 mil, sete deles passaram de R\$ 100 mil em arrecadação e dois foram além da marca de R\$ 1 milhão.

No PT, são 19 candidatos a deputado federal, 13 homens e seis mulheres. Destas, apenas uma tem receita significativa, de mais de R\$ 340 mil. Três declaram não ter receita, uma não entregou a prestação de contas e outra diz ter arrecadado apenas R\$ 500. Dos homens, 11 passaram da marca de R\$ 100 mil. Entre os 21 postulantes do PMDB, nove são mulheres. Duas delas não declararam receita e quatro arrecadaram menos de R\$ 10 mil. Dos 22 homens, apenas quatro declararam menos de R\$ 10 mil. Dois deles conseguiram mais de R\$ 500 mil. No PDT são 25 candidatos, oito mulheres. Cinco delas arrecadaram menos de R\$ 10 mil e uma não teve receita a declarar. Dos 17 homens, apenas três obtiveram menos de R\$ 10 mil. Quatro deles conquistaram mais de R\$ 100 mil.



Miguelina fala em “concorrência desleal”
(Foto: Ramiro Furquim/Sul21)

Falta Renovação

Miguelina Vecchio cita o próprio exemplo. Ela arrecadou R\$ 100 mil e se diz uma das poucas mulheres com receita nesta faixa. Para ela, o fato de muitos candidatos com mais visibilidade já ocuparem cargos públicos os favorece e torna desigual a disputa com as mulheres. Céli Pinto concorda que é muito difícil para novos agentes entrarem na política: “O sistema partidário é hostil à entrada de novos nomes”, diz. Segundo ela, isso é ainda mais complicado para o público feminino. “As mulheres entram em listas abertas em uma eleição extremamente cara, em que para se eleger para deputado se gasta, muitas vezes, mais de R\$ 1 milhão”.

Beth Colombo, do PP, e Telassim Lewandowski, secretária estadual das Mulheres do PT, afirmam que não há “laranjas” entre as candidatas de seus partidos. “Entre as nossas candidatas, todas estão em campanha. Não existe essa de ‘cedi meu nome’, mas todas enfrentam grandes dificuldades financeiras”, diz Beth.

Ela conta que rodou o Estado todo para recrutar as postulantes do PP: “Cheguei a percorrer 1,4 mil km num domingo atrás de uma candidata em Itacurubi, e ela não aceitou concorrer”. Mesmo assim, não tem expectativas positivas de que alguma seja eleita deputada federal.



Beth Colombo: “Imagina eu, vice-prefeita, pedir para alguém ser laranja?” (Foto: Divulgação)

“Imagina eu, vice-prefeita (do município de Canoas) pedir para alguém ser laranja? Não faria isso. Tenho certeza que, as que fazem, é em nome do partido”, opinou. Telassim explica que no PT o processo também não foi fácil, mas iniciou no fim de 2013 e conseguiu garantir representantes em diferentes áreas. “Na juventude, entre as mulheres negras, todos os segmentos da sociedade estão cumprindo minimamente a cota”, diz ela, que admite que o processo foi difícil.

A Câmara Federal exemplifica o que acontece no restante do país: dos 513 deputados, apenas 44, ou 8,6%, são mulheres. O desempenho brasileiro deixa o país na 131ª posição em um ranking elaborado pela União Interparlamentar (IPU). Céli Pinto não tem perspectiva de que este cenário mude a curto prazo. Segundo explica, para que tenhamos 200 mulheres deputadas, seria necessária uma redução de mais de 150 homens no Congresso, o que é muito complicado, na opinião da analista.

Expectativas

Assim como são unânimes quanto à dificuldade em preencher as cotas de gênero, as líderes partidárias concordam que algo diferente precisa ser feito. “Essas dificuldades da prospecção de candidatas indica que há um trabalho muito intenso a realizar, temos que fazer talvez diferente do que foi feito até agora”, afirma Regina Perondi. Ela diz que o PMDB criou no ano passado um fórum permanente de vereadoras do partido. “Avançamos, mas não chegamos a uma participação efetiva das vereadoras eleitas. Elas têm que entender que tem papel maior do que pensam”, diz. Na opinião de Regina, para reverter a situação em que se encontram, subrepresentadas, as mulheres deveriam contar com cotas nos cargos e não apenas na disputa. Para Telassim, a reforma política ajudaria a mulher a avançar. “A reforma política garantiria igualdade com os homens, uma campanha com condição financeira de igualdade. A equidade de gênero só será garantida pela reforma”, diz ela.

Embora considere positiva a cota de gênero, a maioria das entrevistadas a define como insuficiente. “A lei de cotas é positiva em qualquer circunstância em que se tem grande desigualdade, mas não é mágica”, diz Céli Pinto. Para Miguelina, cabe também às eleitoras procurarem estar representadas na política – o que não quer dizer unicamente votar em outra mulher. “As mulheres, nos municípios, têm que fazer o enfrentamento. É muito bom ser a miss simpatia enquanto eu sou monstro do Lago Ness”, opinou, sobre a luta que diz travar para que

as mulheres estejam cada vez mais presentes na política partidária. Telassim acredita que o fator cultural interfere na dificuldade de encontrar mulheres para preencher as cotas de gênero. “Há 70 anos que a mulher vota, menos ainda que é votada. O ambiente da mulher sempre foi o doméstico, travamos uma luta para sair, trabalhar, optar por não ter filhos, família. O espaço feminino sempre foi de domesticação”, diz ela, que destaca o avanço garantido pela eleição de uma mulher presidente da República.

Sem preconceito

Para Céli, a vitória de Dilma Rousseff (PT) em 2010 e o possível segundo turno entre duas mulheres este ano - Dilma e Marina Silva (PSB) - mostram que o eleitor está receptivo a votar em uma mulher. O problema, na opinião da cientista política, é que não existem mulheres candidatas e com campanhas que permitam ao cidadão conhecê-las. “Ninguém deixou de votar no PT porque a Dilma é mulher, ou deixará de votar no PP porque a Ana Amélia (Lemos, candidata ao governo do Estado) é mulher, mas quando você abre a lista e tem 50 homens conhecidos e 20 mulheres desconhecidas, vota no homem”, explica.

Legislação

A primeira lei a tratar a questão das cotas no Brasil é de 1995 e foi restrita às eleições municipais. Ela garantia 20% das vagas na disputa para as mulheres. A lei nº 9504./97 elevou este percentual para 30% e o estendeu aos estados e à União. Em 1999, uma nova mudança na legislação substituiu a expressão “deverá reservar” por “preencherá” o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Ana Ávila

Acesse no site de origem: [Especialistas falam sobre uso de mulheres como 'laranjas' por partidos para burlar lei eleitoral \(Sul21, 21/09/2014\)](#)